

## E D I T O R I A L

**Aqui** está mais um número do CGTP Cultura, que simboliza antes de mais a necessidade de se afirmar as questões da cultura, desporto e tempos livres na CGTP-IN, mas também em todo o movimento sindical unitário.

Acredito que um dia havemos de estar num patamar de discussão em que nas empresas, mas também junto do Governo, se estará a reivindicar a introdução na contratação colectiva de direitos culturais para os trabalhadores. Não é ironia. É uma certeza de quem acredita que o acesso à cultura e aos bens culturais se deve democratizar e que a CGTP-IN pode e deve ter um papel fundamental na concretização deste objectivo.

**A CGTP-IN assinou** recentemente um acordo de colaboração com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) que visa organizar o seu sistema de arquivo. Após um estudo prévio, o IAN/TT compromete-se a apresentar um relatório diagnóstico da situação arquivística actual da CGTP-IN, seguido de uma proposta de intervenção no sentido de melhorar a sua organização.

Entretanto, o Centro de documentação foi renomeado, passando a designar-se Centro de Arquivo e Documentação (CAD), atendendo às novas atribuições que lhe estarão confiadas no âmbito da gestão do sistema de arquivo. O CAD continuará, além disso, como depositário das monografias, publicações periódicas e outros documentos cuja conservação se considere pertinente ao desenvolvimento da actividade da CGTP-IN.

É um trabalho que importa desenvolver, encontrar parcerias e estimular vontades, pois é a partir de uma boa organização do arquivo que se pode fazer a história do Movimento Operário Português, em que os sindicatos, federações e uniões também serão chamados a participar.

**Fernando Gomes**



## C O N C U R S O

### CONTO E POESIA

A CGTP-IN vai promover a realização de um Concurso dedicado ao **Conto e à Poesia**, destinado especialmente aos trabalhadores com o sentido de valorização da língua, de estímulo à criação artística e à fruição cultural e com o objectivo de facilitar oportunidades de edição e o surgimento de novos valores.

Em breve o regulamento será distribuído pelos canais habituais e estará disponível na página WEB da Central.

# A PALAVRA A...

## LUÍSA MESQUITA

deputada do PCP

### 1 → Em que medida as políticas culturais devem ser públicas, tais como as da saúde, da educação e de outras?

Por uma questão de sobrevivência de uma sociedade desenvolvida. A democracia não é só económica, a democracia não é só participativa, a democracia também é cultural. E numa democracia cultural, para que a procura da democratização se concretize, é imprescindível que o Estado português assuma as suas funções, os seus deveres, de modo a que os cidadãos possam ter acesso aos seus direitos.

Estamos agora a falar já do texto matricial da Constituição que, para além da democracia económica, participativa e cultural, consagra em lei do país que o Estado tem um conjunto de deveres para com os cidadãos, de concretização desse processo de democratização a nível das funções sociais do Estado. E quando falamos de funções sociais do Estado falamos da educação, da segurança social, da saúde, da justiça. Isto são patamares cruciais da democratização necessários ao desenvolvimento da sociedade. E a sociedade é essa que nós queremos: mais justa, mais solidária, mais social, em que todos tenhamos direitos para nos assumirmos como homens livres. E um homem, ou uma mulher, só é livre na sua plenitude se for culto.

### 2 → Em que medida as políticas governamentais devem reflectir com maior clareza a concretização do primado constitucional do acesso à cultura por parte dos trabalhadores?

A Constituição é muito clara acerca desse direito. O cidadão tem direito à cultura, à sua fruição. Eu diria, e não pretendo escandalizar ninguém, à fruição no sentido do prazer. Ao prazer da cultura no sentido da sua fruição mas também da sua criação. Criar não tem de ser obrigatoriamente sinónimo de ser artista. E esta é uma questão que considero extremamente interessante. Naturalmente que isto implicaria medidas políticas que fossem capazes de concretizar este acesso à cultura em termos de intervenção pública do Estado.

Nós não temos uma política cultural do Estado Português. É grave o que estou a dizer. Nós temos uma Ministra da Cultura e um Ministério. Estamos muito longe de termos uma política cultural. Porque uma política cultural não permitiria que o ensino artístico não existisse no nosso sistema de ensino. Decorre neste momento uma

Conferência Internacional, promovida pela UNESCO, interessantíssima, que afirma o que todos nós já sabemos: que não há sistema de ensino completo que não tenha uma vertente artística e cultural. Nas pedagogias mais avançadas, nas correntes actuais da pedagogia está perfeitamente provada a influência de determinadas áreas científicas quando por elas se contamina a vertente artística. Por exemplo: a importância da música no ensino da matemática. Se houvesse uma política cultural isto tinha de ser uma realidade. Como também, se houvesse uma política cultural não se assistiria a este escândalo anual daquilo que são os nossos criadores de "boné na mão". Junto das tutelas, autárquicas, de freguesia, da Administração Central, na procura de um subsídio que lhes permita substituir o Estado naquilo que este não faz.

O Estado não cumpre, relega para outrem aquilo que são os seus deveres constitucionais. E mesmo fazendo isto não é capaz de garantir em termos económicos um programa nacional, diversificado, porque na cultura tem de se falar de diversidade, para que estes agentes culturais no terreno sejam capazes de proporcionar ao cidadão esse acesso à cultura. Quando digo que não há política cultural é porque estes dois patamares que aponte como exemplo, o do sistema de ensino e o da vida difícil dos agentes de cultura, demonstram exaustivamente que não há política cultural.

### 3 → Qual o papel do parlamento relativamente a essa mesma matéria, isto é, a garantia do acesso à cultura?

Há áreas nobres e áreas não nobres no entendimento de vida política no nosso país. E, de facto, a cultura não constitui matéria apetecível para o processo de legislação. Raramente há iniciativas na área cultural. Normalmente são os maus motivos que levam às intervenções na área da cultura. É quando as medidas tomadas ou as decisões políticas já parecem tão graves ao universo da Assembleia que ela, de algum modo, assume a sua intervenção.

Portanto, há faltas enormíssimas. A Lei do Património, por exemplo: deu-se um pulo e hoje existe um ordenamento jurídico razoável, que não é isento de defeitos, mas existe. Mas estamos a falar de um processo legislativo ocorrido na governação socialista Guterres e hoje, todos estes anos depois, ainda não há normas regulamentadoras. Significa isto que o processo não actua. Uma Lei-quadro é de tal maneira genérica que não tendo um quadro regulamentador, de decretos-lei, de pequenas leis, despachos normativos, etc., ela não funciona. Por exemplo: os artistas têm estatuto? Não há um estatuto. É uma matéria difícil? Dificílima. Porque um bailarino não é exactamente um actor de teatro. A diversidade é muita. Mas efectivamente

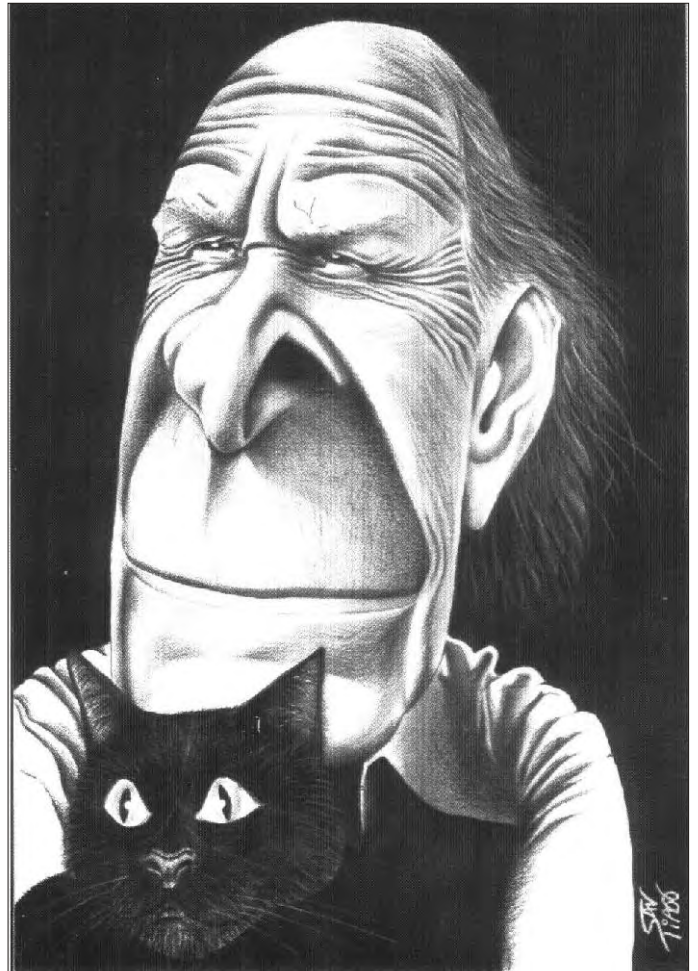
não há um estatuto. Outro exemplo: leis quadro regulamentadoras das actividades artísticas, das artes do espectáculo, também não existem. Há de facto um espaço de legislação ainda muito vago. A cultura, apesar de em termos discursivos e de constituir alguma elite política dentro da política, alguma elite no contexto da sociedade, de facto, em termos de intervenção e de actuação política, provavelmente porque os votos não serão muitos, não há muito trabalho na área legislativa.

**4 → Reconhecendo que a constituição, nesta como noutras matérias, está longe de estar a ser respeitada, que fazer? Todos: políticos, agentes culturais, cidadãos?**

Temos de cumprir uma vertente da democracia que é a democracia participativa. É uma vertente que cumprida tem de corresponder a uma participação efectiva. Efectiva, persistente e permanente. Naturalmente que, quem entende a democracia participativa como o eleitor que coloca o seu voto para eleger a Câmara Municipal, a Junta de freguesia, ou o deputado à AR, ou uma Comissão de Moradores ou de Trabalhadores, na minha opinião esta vertente da democracia tem de ser cada vez mais persistente no sentido da participação mas também da exigência.

Eu participo, eu sou eleitor, eu coloco o meu voto, logo exijo. E este carácter de exigência que decorre muito da formação, apesar das áreas disciplinares e das matérias curriculares do nosso sistema de ensino não serem as melhores para essa formação, não partilhar esta leitura de que cada um de nós não pode divorciar-se da sua responsabilidade. Eu oiço muitas vezes, aqui na AR, o que me incomoda muito, alguém dizer: “senhora deputada, lá nos enganámos outra vez. votámos no partido que afinal nos está a dizer o contrário do que nos disse durante a campanha”. Como se esta leitura fatídica do séc. XIX, muito queirosiana e muito da parte final do XIX, ainda nos acompanhasse até hoje e como se eu pudesse continuar a dizer isso. Porque está nas minhas mãos, cidadão eleitor, contribuir para a Câmara e a Junta sejam ganhas, ou o deputado eleito para tomarem as decisões necessárias, capazes de ajudar à transformação. É preciso que a democracia participativa não seja entendida como alguém que coloca o seu voto nas urnas em determinados momentos eleitorais.

A pátria, o país não é uma coisa que outros constroem para mim, a quem eu delego a responsabilidade. Não. O país é uma coisa que eu construo com os outros. E eu tenho o dever, a obrigação e o direito de participar. E porque tenho esse direito de participar, tenho o direito de exigir. E quando digo participar é na verdadeira acepção da palavra. Participar com opinião, com intervenção, participar com exigência.



*António dos Santos de seu nome. Nascido na margem esquerda do Douro, encontra-se a trabalhar e a criar por terras do São Gonçalo, o de Amarante. Denomina-se ilustrador e docente. A paixão aqui editada é a de caricaturista. O alvo por nós escolhido, Eugénio de Andrade, recentemente falecido, UM POETA LUMINOSO, nas palavras de outro docente e sindicalista, o Paulo Sucena. O já extenso percurso deste criador do traço teve início em 1994. Desde então: exposições e concursos, festivais e mostras, menções honrosas e prémios, cá dentro e lá fora.*



**Inscrições e informações na sede do sindicato pelo telefone 213193320.**

## NATAÇÃO PORQUE NADAR FAZ BEM...

→ Com o objectivo de contribuir para a fruição saudável dos tempos de lazer, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores criou, no início dos anos 80, uma escola de natação, destinada a crianças (a partir dos 6 meses) e adultos. Para além do ensino a escola oferece, igualmente, hidroginástica para fins terapêuticos ou de manutenção e recuperação da forma física.

A escola funciona em piscinas dos seguintes concelhos: Almada, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras e Torres Vedras.

**E porque nadar faz bem**, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores promove, para além do ensino da natação, a competição. Realizou-se no passado dia 13 de Maio, no Estádio Náutico do Sport Algés e Dafundo e 20.ª edição do Torneio 1.º de Maio, em parceria com a União dos Sindicatos de Lisboa.

Em prova estiveram cerca de 600 nadadores, distribuídos por ambos os sexos e por dez escalões etários.

Esta prova afirma-se, cada vez mais, como uma das mais importantes do calendário não federado, contribuindo, em muito, para a festa da natação e o convívio entre amigos.

## EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA

### "O TRABALHO E OS TRABALHADORES"

→ Depois de Covilhã e Castelo Branco, por iniciativa da União de Sindicatos de Castelo Branco, a exposição de fotografia dedicada ao resultado do Concurso de Fotografia "O Trabalho e os Trabalhadores" esteve patente de 21 de Abril a 5 de Maio, em Lisboa, nas instalações da Junta de Freguesia de Santa Catarina, cuja cedência e colaboração a CGTP-IN agradece.

No passado dia 30 de Maio foi inaugurada em Amarante, por iniciativa da Delegação do Sindicato dos Professores do Norte e com a presença de Fernando Gomes da Comissão Executiva da CGTP-IN, permanecendo na sede daquela delegação até 30 de Junho.





→ O Departamento de Cultura e Tempos Livres da CGTP-IN prossegue os contactos com os agentes culturais no sentido da adesão à ideia do "Cartão Cultural/Cartão CGTP-IN" dirigido aos trabalhadores associados na estrutura sindical representada pela Central.

Nas páginas do *CGTPCultura* vamos dando nota das diversas adesões e, sempre que possível, das respectivas produções em curso.

Se é certo que os agentes, principalmente na área da produção teatral, se têm empenhado nesta "luta" contínua que constitui o apelo à fruição cultural, importa que a estrutura do movimento sindical assumira o seu papel de veículo de informação permanente e sistemático junto dos trabalhadores.

O Cartão CGTP-IN é uma ideia de partilha e de cumplicidades.

DEPARTAMENTO DE CULTURA E TEMPOS LIVRES DA CGTP-IN



## ACORDOS CELEBRADOS

### 3 EM PIPA

ASSOCIAÇÃO TEATRAL E ANIMAÇÃO CULTURAL

Monte Novo do Serrinho – ODEMIRA &gt; Tel. 283 386 649

**(20% desconto)**

### A BARRACA

COMPANHIA DE TEATRO

Largo de Santos, 2 – Lisboa &gt; Tel. 213 965 360

**(25% desconto)**

### ACTA

COMPANHIA DE TEATRO DO ALGARVE

R. Antero de Quental, 119 FARO &gt; Tel. 289 878 908

**(30% desconto)**

### A JANGADA

COOPERATIVA PROFISSIONAL DE TEATRO/AUDITÓRIO MUNICIPAL

Quinta das Pocinhas – Lousada

**(10% desconto)**

### AQUILO TEATRO

Largo do Torreão – GUARDA &gt; Tel. 271 222 499

**(50% desconto)**

### CASA DA COMÉDIA

FILIPE CRAWFORD/PRODUÇÕES TEATRAIS

R. S. Francisco de Borja, 22 – LISBOA &gt; Tel.213 959 417/8

**Desconto conforme a época teatral**

(confirmação na bilheteira)

### CENA ABERTA

COMPANHIA TEATRAL DE SANTARÉM

Lg. Padre Francisco Nunes da Silva, 3 – SANTARÉM &gt; Tel.919 850 590

**(30% desconto)**

### CENDREV

CENTRO DRAMÁTICO DE ÉVORA

Praça Joaquim António de Aguiar &gt; Tel.266 703 112

Teatro Garcia de Resende – ÉVORA

**(30% desconto)**

### CHÃO DE OLIVA

CENTRO DE DIFUSÃO CULTURAL DE SINTRA

Casa de Teatro – R. Veiga da Cunha, 20 – SINTRA &gt; Tel.219 233 719

**(50% desconto)**

### CHAPITÔ

Costa do Castelo, 1 / 7 – LISBOA &gt; Tel. 218 855 550

**(25% desconto)**

### CIRAC

CÍRCULO DE RECREIO, ARTE E CULTURA

Av. da Sobreira – PAÇOS DE BRANDÃO &gt; Tel. 227 448 625

**(15% desconto)**

### COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

R. Conde Ferreira – ALMADA &gt; Tel. 212 752 175

**(50% desconto)**

### COMPANHIA DE TEATRO DE BRAGA

Av. da Liberdade, 697 Braga &gt; Tel. 253 217 167

**(50% desconto)**

### COMUNA

TEATRO DE PESQUISA

Praça de Espanha – Lisboa &gt; Tel. 217 221 770

**(50% desconto)**

**ENSEMBLE**

SOCIEDADE DE ACTORES

Trav. da Telheira – Telheiró AVIOSO (SANTA MARIA) &gt; Tel. 229 826 318

**ESCOLA DA NOITE**

R. Pedro Nunes, (Quinta da Nora) COIMBRA &gt; Tel. 239 718 238

**(20% desconto)****LUA CHEIA**

Largo da Graça, 82 1.º F. Esq.º – LISBOA &gt; Tel. 218 821 786

**(15% desconto)****MARIONETAS, ACTORES E OBJECTOS**

GRUPO DE TEATRO

Largo de S. Domingos 46 R/C – VIANA DO CASTELO

Tel. 964 596 313

*(Carla Magalhães)***(50% desconto)****PÉ DE VENTO**

R. da Vilarinha, 1386 – PORTO &gt; Tel. 226 108 924

**(50% desconto)****QUARTA PAREDE**

ASSOCIAÇÃO ARTES PERFORMATIVAS DA COVILHÃ

R. Celestino David, lote 4 r/c d.º – COVILHÃ &gt; Tel. 275 335 686

**(40% desconto)****TAS**

TEATRO DE ANIMAÇÃO DE SETÚBAL

Lg. da Misericórdia, 46 – SETÚBAL &gt; Tel. 265 532 402

**(25% desconto)****TEATRO DO ALOÉS**

ASSOCIAÇÃO CULTURAL

R. António Ferreira, 1 9.º D.º – AMADORA &gt; Tel. 218 140 825

**(50% desconto)****TEATRO ART'IMAGEM**

R. da Picaria, 89 – PORTO &gt; Tel. 222 084 014

**(30% desconto)****TEATRO DAS BEIRAS**

Travessa Trapa, 2 – Covilhã &gt; Tel. 275 336 163

**(40% desconto)****TEATRO DO BOLHÃO**

Pr. Coronel Pacheco, 1 – PORTO &gt; Tel. 222 089 007

**(50% desconto)****TEATRO DA CORNUCÓPIA**

R. Tenente Raul Cascais, 1 A – LISBOA &gt; Tel. 213 961 515

**(20% desconto)****TEATRO EXTREMO**

R. Serpa Pinto, 16 – ALMADA &gt; Tel. 212 723 660

**(25% desconto)****TEATRO DA GARAGEM – TEATRO TABORDA**

Costa do Castelo, 75 – LISBOA &gt; Tel. 218 854 190

**(50% desconto)****TEATRO AO LARGO**

Vila Nova de MilFontes &gt; Tel. 283 998 409

Teatro móvel/Ar livre **(sem entradas pagas)****TEATRO DE MARIONETAS DO PORTO**

Rua de Belmonte, 57 – PORTO &gt; Tel. 222 083 341

**(20% desconto)****TEATRO DO NOROESTE**

CENTRO DRAMÁTICO DE VIANA

R. Sá de Miranda – VIANA DO CASTELO &gt; Tel. 258 823 259

**(50% desconto)****TEATRO DE PORTALEGRE**

TEATRO D'O SEMEADOR

Convento de Santa Clara – PORTALEGRE &gt; Tel. 245 207 894

**(25% desconto)****TEC**

TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS

Av. Marechal Carmona, 6 B – CASCAIS &gt; Tel. 214 867 933 / 214 670 320

**(50% desconto)****TIL**

TEATRO INFANTIL DE LISBOA

R. Terreiro do Trigo, 66 5.º C – LISBOA &gt; Tel. 218 860 503

**(7,00 € de desconto por bilhete)****NOVOS ACORDOS****O BANDO**

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA

Vale dos Barris, C.C.I 4117 2950-055 PALMELA &gt; Tel. 212 336 850

**(preço único 5 euros)**